

BIOGRAFIA DA VENERÁVEL SILVIA CARDOSO*

CAP. I – ÉPOCA E HORIZONTE DA SUA VIDA (1882-1950)

Antes de traçar algumas linhas sumárias sobre a época e o horizonte cultural em que viveu Sílvia Cardoso¹, digamos imediatamente que nasceu num ambiente de burguesia rural, que porém não era fechado. Era até muito aberto: com um ano de idade acompanha os pais ao Brasil, de onde regressa a Portugal só aos sete anos; frequenta então sucessivamente dois Colégios no Porto, da melhor sociedade; na juventude visita muitas vezes parentes e amigos no Porto e em Lisboa; o noivo é um primo médico com propriedades no Brasil; dirige-se então a Paris e a Londres para comprar o enxoval para o casamento.

Depois de consagrada, faz diversas peregrinações ao estrangeiro: várias vezes a Lourdes; uma vez a Saragoça, à Virgem do Pilar; duas vezes a Roma (1925 e 1947) ... Percorre quase todo o Portugal nas suas iniciativas apostólicas. Teria querido percorrer o mundo inteiro...

1. Tempos de anticlericalismo e reação dos católicos.

A Monarquia liberal dos últimos decénios do séc. XIX favorece a perseguição religiosa, que veio a agravar-se na 1ª República. Em 1833-34 são extintos e despojados os conventos por ordem das primeiras Cortes Constituintes, de ideologia liberal. Mas já em 1858, superada a grande tempestade liberal, se procura restaurar a vida religiosa. Regressam algumas Ordens religiosas, chegam outras novas, e o Governo tolera. Em 1864 o jesuíta António Marocci funda em Lisboa a Associação Apostolado da Oração, que em menos de 30 anos se difundiu por quase todas as cidades e aldeias do país e contribuiu poderosamente para o renascimento da vida de piedade.

Em 1873 assistimos à fundação do Partido Republicano Português, em cujo diretório tomaram parte alguns positivistas representativos. Mas em 1874 a Companhia de Jesus funda em Portugal o Mensageiro do Coração de Jesus, órgão do Apostolado da Oração. E a 25-5-1899 Leão XIII promulga a encíclica *Annum Sacrum*, com a consagração do género humano ao S. Coração de Jesus e, segundo declaração

*Esta biografia foi redigida pela Drª Maria Silvina Palmeirim e, agora, por ela traduzida.

As notas bibliográficas em rodapé referem-se muitas vezes à Cópia pública do Processo informativo existente no Arquivo da Congregação.

¹ Para o quadro histórico daquela época, apoiamo-nos sobre a obra do P. MIGUEL DE OLIVEIRA, *História Eclesiástica de Portugal*, ed. atualizada pelo P. Artur Roque de Almeida, P.E.A., Mem Martins 1994, pp. 232-278.

do próprio Pontífice, foram as cartas da Irmã Maria do Divino Coração, superiora do Bom Pastor no Porto, que o determinaram a esse ato.

Nos anos 1901-1910 retomam-se, por um lado, as perseguições contra as Ordens Religiosas e, por outro, as primeiras associações importantes dos Católicos.

Os esforços de restauração da vida católica, no final do séc. XIX, dão motivo de irritação a monárquicos e a republicanos, inimigos da Igreja. Um decreto do Governo (18-4-1901) obriga os institutos religiosos a terem estatutos oficialmente aprovados; proíbe a clausura, o noviciado e os votos.

Como protesto contra esse decreto, os estudantes católicos da Universidade de Coimbra fundam nesse mesmo ano uma associação que em 18-1-1903 é definitivamente constituída com o nome de Centro Académico de Democracia Cristã. É como um lar espiritual onde se formam muitos homens públicos (sofrem a sua influência o futuro Primeiro Ministro Salazar e o futuro Patriarca de Lisboa Cerejeira, que terá tanta importância na vida de Sílvia Cardoso). Tem por órgão a partir de 1922 a revista Estudos, em que colaboram professores e estudantes.

Em 1902 funda-se em Lisboa a “Associação promotora da Educação e Instrução Popular”, que em 1907 toma o nome de Liga de Ação Social Cristã²; desta brotará em 1924 a Juventude Católica Feminina. A organização de Juventudes Católicas foi tentada pelo menos desde 1873, mas a Juventude Católica Portuguesa começou a desenvolver-se só a 17-7-1909 com a fundação do núcleo de Lisboa. Esta e outras obras lançaram³ as bases e formaram os primeiros elementos da organização nacional da Ação Católica.

No 1º de Fevereiro de 1908 tem lugar o regicídio de D. Carlos I. A 26-6-1910 o último ministério da Monarquia manda dispersar algumas comunidades religiosas, para agradar aos liberais. Precipita-se depois a proclamação da 1ª República, a 5 de Outubro de 1910, com a laicização da vida pública. Esta é acompanhada das maiores violências e de ataques ao clero e às casas religiosas: assaltos, insultos e assassínios. A perseguição legal iniciou imediatamente a 8 de Outubro com o primeiro decreto do Ministro da Justiça Afonso Costa, que fazia entrar em vigor as leis de Pombal contra os Jesuítas e as de Joaquim António de Aguiar relativas às casas religiosas.

Expulsas e despojadas as Ordens Religiosas, o Governo provisório prossegue a sua legislação anti-religiosa. Entre outras coisas extingue-se a Faculdade de Teologia,

2

A *Liga de Ação Social Cristã* foi fundada em 1902 pelo jesuíta P. Manuel Fernandes Santana, professor em Lisboa no Colégio de Campolide, com o fim de despertar na sociedade católica portuguesa a consciência das próprias responsabilidades na promoção social e cristã das camadas populares menos protegidas, segundo as diretivas da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII. Esta Liga, iniciada em Lisboa e Porto, estendeu-se a grande parte do país, criando núcleos nas paróquias, com uma ação importante de aprofundamento da vida cristã e de promoção da caridade social. (Cfr. JOAQUIM ABRANCHES, *Maria da Conceição Pinto da Rocha*, Braga 1982, p. 77).

3

A Ir. Romeira de Sá Ferreira declara: “O Papa Pio XI, quando fundou a AC, fez apelo a todo o mundo para que se desse viabilidade ao seu projeto universalista. Por isso, em alguns países as Associações Religiosas converteram-se em Movimentos da Ação Católica. Em Portugal foi aproveitada a Liga de Ação Social Cristã como base para a AC”. (P. Decl. 12, *Summ.*, p. 331 §600).

suprime-se o ensino da doutrina cristã nas escolas, introduz-se a lei do divórcio e a assistência aos pobres é laicizada. Cessam as relações diplomáticas com a Santa Sé; a ruptura consuma-se com a Lei da Separação (20 de Abril de 1911), que priva de fundos os Seminários, fecha a maior parte destes, e proíbe os cursos preparatórios nos poucos seminários que sobrevivem, submetidos a fiscalização do Estado.

Entretanto o Colégio Português tinha sido fundado em Roma (6-5-1898), ligado à Pontifícia Universidade Gregoriana.

Depois da República, torna-se mais urgente a organização dos Católicos, para readquirir o livre exercício dos seus direitos. Dizia já a Pastoral coletiva de 1910: “É indispensável conjugá-los numa ação comum, numa estreita união de pensamentos e vontades”. Os Bispos fazem um “Apelo” à União Católica no dia 10-7-1913.

Em 1915, de uma reunião de católicos de todo o país, que teve lugar no Porto, nasceu o Centro Católico Português, que se propõe agir especialmente no campo político e social. No mesmo ano já os católicos obtêm uma representação parlamentar e começam a influir na preparação das leis ou dos atos do Governo.

Entre 1916 e 1918 Portugal é envolvido na I Guerra Mundial. E de 13 de Maio a 13 de Outubro de 1917 sucedem-se as aparições da Virgem aos pastorinhos em Fátima, que prometem a Paz mundial mediante a conversão, e atraem um grande movimento de povo. Fátima converte-se no maior centro de peregrinações nacionais.

A 5-12-1917 explode a revolução chefiada por Sidónio Pais, que põe fim à agitação em que o país se encontrava desde a proclamação da República. Mudam algumas disposições da Lei de Separação que mais feriam os Católicos.

A 22-2-1918 o governo de Sidónio Pais modifica a Lei de Separação, restabelece as relações diplomáticas com a Santa Sé, permite a existência de seminários de teologia e de cursos preparatórios, sem ingerência do Estado no seu regime interno, mas não restitui os edifícios já destinados a serviços públicos. Sidónio Pais é assassinado a 14-12-1918, mas a organização dos Católicos já constituía uma força digna de consideração.

A partir de 1922 os Jesuítas, retornados da Espanha, começam a reentrar em Portugal, onde promovem particularmente a Liga de Ação Social Cristã, o Apostolado da Oração e os Retiros abertos. Por indicação do P. António Vaz Serra, S.J., a 21-3-1923 Sílvia Cardoso abre a primeira Casa para Retiros fechados para leigos, que o mesmo Padre irá dirigir.

⁴

O P. Sebastião Pinto da Rocha (seu Promotor Nacional a partir de 1922) promoveu incansavelmente a criação de novos centros e a revitalização dos existentes, através de retiros e conferências. Entrou assim em contato com numerosas almas de elite, atraídas pelo fascínio do seu amor contagioso a Cristo e à Pátria.

Acorriam a ele em grande número sobretudo jovens e senhoras, nas quais o P. Sebastião ateuva facilmente a chama do amor reparador. Começou a difundir-se a ideia da reparação redentora e pouco a pouco apresentavam-se almas grandes, desejosas de unir-se intimamente a Cristo Vítima para a salvação do mundo. (Cfr. JOAQUIM ABRANCHES, Maria da Conceição Pinto da Rocha, Braga 1982, p. 77). Sílvia Cardoso frequenta esta Liga no Porto desde 1926 ou 27 (Cfr. P. Decl. 12, *Summ.* n.330 §600).

⁵

Cfr. P. *Summ.* p. 367, n. 21.

Em 1925 os Jesuítas estabelecem-se em Lisboa e Braga. Em Lisboa a revista *Brotéria* inicia a publicação mensal da série de cultura geral.

2. A Obra de Assistência.

Desde o liberalismo, a assistência foi considerada um dos encargos da administração pública, ainda que beneficiasse sempre do concurso e da influência da Igreja. A oficialização dos serviços, além de limitar as iniciativas privadas, preparou o caminho à laicização decretada no regime republicano. A caridade cristã não deixou todavia de se mostrar operosa. Quase todos os institutos religiosos se dedicavam a obras de assistência. Quanto à atividade do clero diocesano, pode-se exemplificar com duas obras-modelo: a Oficina de S. José no Porto e o Colégio da Regeneração em Braga.

A primeira era destinada ao ensino profissional de artes e ofícios e à educação moral e religiosa de menores, expostos, abandonados ou filhos de pais miseráveis. Inaugurada modestamente em 1883, tornou-se florescente. Serviu de modelo àquelas que foram depois fundadas em Braga, Lisboa, Viana do Castelo e Barcelos.

O Colégio da Regeneração foi fundado em 1869 com o fim de recolher mulheres desviadas e de as reabilitar mediante a religião e o trabalho. Tinha anexa uma oficina-escola de tecelagem, inaugurada em 1894, e dirigida pelo seu fundador, Mons. João Pedro Ferreira Airosa, até à sua morte em 1935.

A estas duas chagas sociais Sílvia Cardoso não vai ficar alheia, como teremos ocasião de ver.

3. Restauração das relações entre o Estado e a Igreja na 2ª República.

Após o movimento iniciado a 28-5-1926, o Governo entra numa fase reconstrutiva, procurando integrar a vida nacional nas suas tradições. Salazar (que provinha do ambiente do Centro Académico de Democracia Cristã) começa a fazer parte do Governo nacional.

Ainda em 1926, de 24-11 a 3-12 celebra-se em Lisboa com grande solenidade o Concílio Plenário Português, convocado e presidido pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, António Mendes Belo, na qualidade de Legado pontifício, e tomam parte nele quase todos os bispos do Continente e do Ultramar. Os respetivos decretos são publicados na Pastoral coletiva de 13-7-1930. Nesta, os Bispos reconhecem abertamente a benevolência dos representantes do Governo, mas não a confundem com a situação jurídica criada pelas leis vigentes, de modo algum honrosa e justa para com a existência da Igreja.

Em 1928 Salazar torna-se Primeiro Ministro e inicia o regime do “Estado Novo”, que durará para além da vida de Sílvia Cardoso, até 1974. A 28-10-1928, na festa de Cristo-Rei, Portugal inteiro é consagrado pelos Prelados a Cristo-Rei, para que possa ressurgir⁶. Em 1929 Mons. Manuel Cerejeira torna-se Cardeal Patriarca de Lisboa.

⁶ Cfr. P. *Summ.* p. 382, n. 50.

A 13-10-1930, numa Carta pastoral, o Bispo de Leiria, Mons. José Alves Correia da Silva, declara as aparições de Fátima dignas de crédito e permite oficialmente que aí se exerça o culto. No dia 13 de Maio de 1931 o episcopado celebra a consagração da nação a N^ª Senhora no Santuário de Fátima, com a participação de uma enorme multidão de peregrinos.

Em 1932 o episcopado português, reunido em conferência plenária a 6-7 de Abril, dá as primeiras disposições para a organização nacional da Ação Católica.

Quanto às relações do Governo com a Igreja, o 1^º documento de real importância é a Constituição política de 1933: dá à Igreja liberdade de culto e de ensino; o ensino estatal deve atender à formação das virtudes morais orientadas “pelos princípios da doutrina e da moral cristãs, tradicionais do país”; assegura a constituição e defesa da família, a quem a obra da educação pertence em primeira instância.

Uma nova reunião do episcopado (9-10 Nov. 1933) aprova as bases orgânicas e a constituição da Junta Central, “órgão executivo de direção e coordenação de toda a Ação Católica”.

Pio XI numa carta ao Card. Cerejeira congratula-se, define a posição da AC em confronto com a política e recomenda, como primeiras atividades, a assistência aos operários, a instrução católica das crianças, jovens e adultos, e a publicação de bons livros, revistas e jornais.

Entre as realizações da AC conta-se desde 1937 a revista Lumen, mensal de cultura do clero, e a organização das Semanas Sociais Portuguesas, que efetuaram encontros em Lisboa (1940), Coimbra (1943) Porto (1949) e Braga (1952).

De 1936 a 1939 a Espanha é agitada pela Guerra Civil. Preocupados de que pudesse alargar-se ao nosso país, em Junho de 1936, no Congresso diocesano do Apostolado da Oração em Lisboa, surge a ideia de erigir um Monumento nacional a Cristo-Rei.

De 1939 a 1945 domina no mundo a II Guerra Mundial.

A 7-5-1940 são assinados em Roma a Concordata e o Acordo Missionário entre a Santa Sé (Pio XII) e a República Portuguesa. O Presidente do Conselho de Ministros Salazar reconhece que deste modo o país se reintegra na sua tradição de oito séculos. E o Card. Cerejeira concede que a Concordata não restaura o antigo regime concordatário, não cria uma Igreja de Estado, não agrava absolutamente o orçamento do Estado, mas foi elaborada com elevado espírito de justiça e de verdade. O Estado aceita a Igreja como ela é – o facto fundamental da vida histórica da Nação – e tradu-lo juridicamente.

Certos meios de informação católicos, como a Rádio Renascença, o jornal Novidades, e as revistas Brotéria dos Jesuítas e Lumen do Episcopado, tiveram um papel determinante em todas estas decisões e execuções relativas à Concordata.

Ainda em 1940 o episcopado português assume o voto do Congresso do Apostolado da Oração de Junho de 1936, de erigir um Monumento nacional a Cristo-Rei, se o Coração misericordioso de Jesus preservar Portugal da Guerra. A hierarquia e os fieis têm motivo de crer que Portugal não tenha sido envolvido nem na Guerra de Espanha, nem na II Guerra Mundial, por singular proteção da Virgem de Fátima.

É no decurso dos anos 40-50 que a Igreja em Portugal se afirma como sociedade e como instituição. Tem uma expansão rápida e significativa em todos os campos, visível no elevado número de sacerdotes, seminaristas, religiosos e de movimentos para leigos, que se ocupam de questões de ensino, saúde e ajuda fraterna. Organizam-se também inúmeras peregrinações nacionais e internacionais, manifestações de fé, com a revitalização de procissões de grande tradição popular e uma série de congressos teológicos, filosóficos e científicos, reuniões de cultura religiosa e semanas sociais. Esta organização e influência sócio-cultural gera uma sensação de solidez e eficácia, e dá uma maior projeção social à Igreja em Portugal.

Vista de uma certa perspetiva, a hierarquia portuguesa foi uma aliada do regime do “Estado Novo” (1928-1974). Esta relação amistosa entre a Igreja e o Estado explica-se principalmente pela boa amizade pessoal entre o Presidente do Conselho Salazar (1928-1969) e o Card. Patriarca de Lisboa Cerejeira (1929-1971) desde os tempos em que ambos eram estudantes em Coimbra. Além disso, vinha-se de uma experiência traumática vivida pela Igreja na 1ª República, vítima de um anti-clericalismo violento e implacável da parte do Estado jacobino nascido em 1910. Esta “aliança” entre Igreja e Estado exprime-se na colaboração entre as autoridades políticas e religiosas, na “caução” sócio-religiosa dada pela Igreja ao regime, que este compensava com apoios vários.

Todavia, no correr do tempo muitas vezes se levantaram em atitude claramente crítica contra o regime político. O eclesiástico mais famoso foi D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto (1952-1982), do qual ficou célebre a Carta a Salazar, escrita no fim dos anos 50, em que defendia maior respeito pelos direitos humanos, e que lhe obteve 10 anos de exílio .

Em 1942 celebra-se com extraordinárias manifestações de fé o 25º ano das aparições da Virgem em Fátima, sobretudo por ocasião da vinda da imagem a Lisboa; no encerramento das comemorações, Pio XII dirige uma rádio-mensagem a Portugal em que consagra o mundo ao Coração Imaculado de Maria.

Em 1943 Pio XII publica a Encíclica *Mystici Corporis Christi*.

A 13-5-1946, para comemorar o tricentenário da eleição da Virgem como Padroeira de Portugal, a imagem de Nª Sª de Fátima é solenemente coroada no seu santuário pelo legado pontifício Card. Masela.

⁷ Encontramos eco desta “aliança” no Diário da SdD, por ex. na P. *Summ.* p. 486, n. 280.

⁸ D. António Ferreira Gomes é a testemunha nº 18 no Processo, 1ª “ex officio”.

Já para além da vida da SdD, mas em consequência de movimentos espirituais em que ela participou vivamente, a 17-5-59 faz-se a inauguração apoteótica do Monumento a Cristo-Rei colocado na margem do Tejo diante de Lisboa. É dos nossos dias a revelação completa do “segredo de Fátima”, que teve tanto lugar nos pensamentos da SdD, para quem o verdadeiro segredo era a “Obra do Amor” .

⁹

Vd P. *Informatio*, cap. III – FÉ, 3.1/ Influência da mensagem de Fátima.